 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 021. Antropologia e tecnociência: teorias, métodos e perspectivas

Fabíola Rohden (UFRGS) - Coordenador/a, Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP) - Coordenador/a, Jane Araújo Russo (IMS-UERJ) - Debatedor/a, Fabrício Monteiro Neves (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Guilherme José da Silva e Sá (Departamento de Antropologia - UnB) - Debatedor/a) O objetivo deste GT ? promover a discuss?o sobre as interfaces entre ci?ncia, tecnologia, sociedade e poder, a partir da produ??o antropol?gica contempor?nea. Dessa forma, busca ampliar o espa?o de discuss?o do campo da Antropologia da Ci?ncia e da Tecnologia, tanto no sentido de consolidar debates em andamento quanto na inten??o de refletir sobre as perspectivas dessas investiga?es para o futuro. Temas como biossocialidades, biomedicaliza??o, pr?ticas de produ??o de conhecimento em laborat?rios e as interfaces entre conhecimentos cient?ficos e n?o cient?ficos t?m sido muito investigados em anos recentes. Ao lado desses temas, quest?es como as rela?es entre humanos-n?o humanos (dentro e fora de institui?es cient?ficas), redes de produ??o de ci?ncia e tecnologia e as intera?es entre "n?s" e cosmologias n?o ocidentais v?m dando cada vez mais densidade ? reflex?o antropol?gica. Ao lado da renova??o dos temas de pesquisa, antrop?logos/as envolvidos com a tecnoci?ncia v?m tamb?m ajudando a reconstruir teorias. Seja na cr?tica da Teoria Ator-Rede, ou no efervescente campo dos Estudos Sociais da Ci?ncia e da Tecnologia, temas como associa?es, performactivity e pol?ticas ontol?gicas v?m ganhando terreno na an?lise social, com forte participa??o de antrop?logos/as e do m?todo etnogr?fico. O GT buscar? reunir trabalhos que ajudem a construir uma reflex?o sobre o papel que a Antropologia vem tendo nesse cen?rio de reflex?es.

Precariedades oportunas: economias políticas da doença e da saúde na experimentação farmacêutica

Autoria: Rosana Maria Nascimento Castro Silva

A participação brasileira na geopolítica global da experimentação farmacêutica industrial tem sido marcada por sua posição como um país no qual são recrutados grandes contingentes de sujeitos para os experimentos. Diante do reconhecimento de que no Brasil há uma grande diversidade de pessoas adoecidas e sem acesso a tratamento adequado, diversos atores do campo da pesquisa clínica vêm mobilizando esforços para aumentarem o afluxo e a eficiência de estudos farmacêuticos para o país. Tais iniciativas têm como eixo central a produção de condições que facilitem a aprovação sanitária e ética para condução desses experimentos para, assim, expandir a inclusão de sujeitos de pesquisa nos experimentos. Os argumentos e estratégias para tanto são também relacionados a questões éticas e de saúde pública. Autoridades públicas nacionais, empresas de pesquisa clínica e centros de pesquisa articulam a importância da pesquisa clínica para o Brasil apresentando-a como um caminho para ampliação e qualificação do acesso a serviços e tecnologias de saúde, já que os tratamentos experimentais devem ser fornecidos gratuitamente durante os estudos. Nesse contexto, é notória a caracterização das próprias fragilidades do funcionamento do Sistema Único de Saúde como um facilitador das oportunidades para condução de pesquisas clínicas no Brasil. Considerando que, aqueles sujeitos que não recebem tratamento adequado seriam aqueles mais disponíveis e dispostos a se candidatarem aos experimentos, tais atores convertem as precariedades do sistema público de saúde e das experiências terapêuticas de indivíduos que as vivenciam em oportunidades de negócios. A partir de pesquisa de campo realizada com profissionais de empresas de pesquisa clínica, pesquisadores e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

com sujeitos dos experimentos, este work procura discutir as imbricações e implicações mútuas entre precariedades no acesso à saúde e oportunidades de realização de experimentos pela indústria farmacêutica a partir da categoria ?economias políticas da doença e da saúde?. Por meio dela, busca-se identificar e refletir criticamente a respeito de como esses empreendimentos globais se configuram, nas experiências de diferentes sujeitos engajados em experimentos farmacêuticos, como simultaneamente arriscados e redentores, um negócio privado e um compromisso público, um empreendimento e uma dádiva.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**